



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL
SECRETARIAS REGIONAIS DAS FINANÇAS E DE AGRICULTURA E AMBIENTE

PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA E O CARAM – CENTRO DE ABATE DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, EPERAM, COM VISTA À ATRIBUIÇÃO DE UMA INDEMNIZAÇÃO COMPENSATÓRIA 2024

Considerando que pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2006/M, de 14 de março, aditado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/2010/M, de 5 de agosto, foi criado o CARAM – Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, EPERAM, ao qual foi cometido o direito de explorar e administrar o Centro de Abate do Santo da Serra, o Centro de Abate do Porto Santo, bem como todos os centros de abate de natureza pública que possam ser criados na Região Autónoma da Madeira;

Considerando que no exercício das atividades de interesse público que lhe estão confiadas no domínio dos serviços do abate de animais da espécie bovina, suína, caprina e cunídea e respetivas atividades complementares e/ou acessórias correspondentes ao exercício de 2024, existe um diferencial entre o tarifário proposto e o tarifário em vigor para os serviços de abate e preparação de carcaças, de transporte e distribuição de carcaças e ainda de operações necessárias à eliminação de resíduos;

Considerando que o artigo 44.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2022/M, de 29 de dezembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 1/2023/M, de 12 de janeiro, que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2023, em vigor no presente ano de 2024, por força do art.º 58.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua última redação, mediante resolução o Conselho do Governo Regional, conceda, mediante parecer prévio favorável da Secretaria Regional das Finanças, na medida do estritamente necessário à prossecução do interesse público, indemnizações

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL
SECRETARIAS REGIONAIS DAS FINANÇAS E DE AGRICULTURA E AMBIENTE

compensatórias às empresas que prestem serviço público, aplicando progressivamente o critério do utilizador pagador.

Considerando que a presente atribuição de uma indemnização compensatória, do ponto de vista das competências de um Governo em gestão, é um ato que pode ser praticado na medida em que se verificam todos os elementos que integram o conceito de ato estritamente necessário para assegurar a gestão dos negócios públicos da Região Autónoma da Madeira, a saber:

a) A natureza estritamente necessária da atribuição de uma indemnização compensatória é fundamental para evitar o não cumprimento, de todas as obrigações assumidas pelo CARAM, EPERAM;

b) A importância significativa dos interesses em causa colocam em risco o cumprimento das obrigações de serviço público por parte do CARAM, EPERAM à população da Região Autónoma da Madeira, sendo urgentes;

c) A inadiabilidade do ato deve-se ao facto de a estrutura de pagamentos e de recebimentos do CARAM, EPERAM, ser mensal e constante, podendo verificar-se um défice caso não haja lugar à atribuição de uma indemnização compensatória, sendo que, sem este não é possível assegurar o seu normal funcionamento razão pela qual, é necessário agir prontamente;

Considerando que a fundamentação constante da presente Resolução dá cumprimento aos normativos da Constituição da República Portuguesa e do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira aplicáveis aos atos do Governo Regional após a sua demissão, na esteira da jurisprudência assente do Tribunal Constitucional, constante, nomeadamente, do seu Acórdão n.º 65/02, de 8 de fevereiro de 2002.

Ao abrigo do disposto no artigo 44.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2022/M, de 29 de dezembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 1/2023/M,



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL
SECRETARIAS REGIONAIS DAS FINANÇAS E DE AGRICULTURA E AMBIENTE

de 12 de janeiro, que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2023, em vigor no presente ano de 2024, por força do art.º 58.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua última redação, e da Resolução n.º 89/2024, de 14 de março, é celebrado o presente Protocolo entre a Região Autónoma da Madeira, através da Secretaria Regional das Finanças, legalmente representada pelo Senhor Secretário das Finanças, Dr. Rogério de Andrade Gouveia e da Secretaria Regional de Agricultura e Ambiente, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva n.º 671.001.299, legalmente representada pela Senhora Secretária Regional de Agricultura e Ambiente, Dr^a Maria Rafaela Rodrigues Fernandes, adiante designado por primeira outorgante e o CARAM – Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, EPERAM, pessoa coletiva n.º 511.259.085, legalmente representado pelo Presidente do Conselho de Administração, Dr. Duarte Nuno Soares Araújo Sol e pela Vogal do Conselho de Administração, Dr.^a Dércia Maria Vasconcelos Farinha, adiante designados por segundo outorgante, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

1 – Pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2006/M, de 14 de março e aditado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/2010/M, de 5 de agosto, foi cometido ao CARAM – Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, EPERAM (CARAM, EPERAM), o direito de explorar e administrar o Centro de Abate do Santo da Serra, o Centro de Abate do Porto Santo, bem como todos os centros de abate de natureza pública que possam ser criados na Região Autónoma da Madeira.

2 – O CARAM, EPERAM tem por objeto a exploração e gestão da rede pública de abate de animais domésticos das espécies bovina, suína, ovina, caprina e cunídea e respetivas atividades complementares e/ou acessórias, designadamente, a refrigeração, a congelação, a desmancha, a armazenagem, a distribuição de carnes e a indústria de

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL
SECRETARIAS REGIONAIS DAS FINANÇAS E DE AGRICULTURA E AMBIENTE

transformação de carnes, conforme decorre do artigo 1.º e do artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2006/M, de 14 de março, na sua atual redação.

3 – O presente protocolo visa a atribuição de uma indemnização compensatória ao segundo outorgante, decorrente das atividades de interesse público mencionadas nos n.ºs 1 e 2 da presente cláusula, correspondentes ao exercício de 2024.

Cláusula Segunda

(Objetivos e finalidades específicas)

Este protocolo tem como objetivo a compensação financeira ao CARAM, EPERAM, pelo diferencial entre o tarifário proposto e o tarifário em vigor, para os serviços de abate e preparação de carcaças, de transporte e distribuição de carcaças e ainda operações necessárias à eliminação de resíduos, cujo cálculo segue em anexo ao presente protocolo, do qual faz parte integrante.

Cláusula Terceira

(Direitos e obrigações das partes outorgantes)

1 - Compete ao primeiro outorgante:

- a) Acompanhar a execução financeira deste protocolo;
- b) Analisar e aprovar as propostas de alteração à programação financeira;
- c) Controlar e fiscalizar o cumprimento de todos os aspetos financeiros, técnicos e legais necessários;
- d) Processar os quantitativos financeiros previstos neste protocolo.

2 - Compete ao segundo outorgante:

- a) Envidar todos os esforços necessários para uma aplicação rigorosa e racional dos recursos públicos;
- b) Fornecer e prestar todas as informações económicas, financeiras, operacionais, estatísticas ou outras e ainda disponibilizar-se para a realização de inspeções de confirmação dos elementos declarados;

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL
SECRETARIAS REGIONAIS DAS FINANÇAS E DE AGRICULTURA E AMBIENTE

c) Apresentar até ao dia 15 de janeiro de 2025, um relatório onde conste a comparação entre os custos estimados e efetivamente realizados, e respetivos documentos comprovativos das despesas efetuadas, bem como a análise dos objetivos e finalidades específicas traçados e alcançados;

d) Apresentar até 15 de janeiro de 2025, um relatório onde conste o diferencial referido na Cláusula Segunda apurado para a quantidade de serviços prestados em 2024.

Cláusula Quarta

(Regime da Participação Financeira)

1 – Para a prossecução do objeto estabelecido na Cláusula Primeira e dos objetivos e finalidades específicas definidos na Cláusula Segunda, o Primeiro Outorgante concede uma participação financeira ao Segundo outorgante que não pode ultrapassar o montante máximo de €918.549,00 (novecentos e dezoito mil quinhentos e quarenta e nove mil euros) referente ao ano de 2024, de acordo com a seguinte programação financeira:

- a) Mês de abril de 2024, no montante de € 318.549,00;
- b) Mês de maio de 2024, no montante de € 100.000,00;
- c) Mês de junho de 2024, no montante de € 100.000,00;
- d) Mês de julho de 2024, no montante de € 100.000,00;
- e) Mês de agosto de 2024, no montante de € 100.000,00;
- f) Mês de setembro de 2024, no montante de..... € 100.000,00;
- g) Mês de outubro de 2024, no montante de € 100.000,00.

2 – Caso o valor definitivo seja inferior ao montante máximo da participação financeira definido no número anterior desta cláusula, passa a ser esse o montante da participação financeira a ser concedido, fazendo-se os respetivos acertos.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL
SECRETARIAS REGIONAIS DAS FINANÇAS E DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Cláusula Quinta

(Dotação orçamental)

As verbas que asseguram a execução deste Protocolo estão inscritas no Orçamento da Secretaria Regional de Agricultura e Ambiente, com o cabimento orçamental em 2024, na Classificação Orgânica 51 0 01 01 00, Classificação Funcional 041, Classificação Económica D.04.04.03.AV.B0 e D.04.04.03.AV.A0, programa 044, medida 043, fonte de funcionamento 388, com o número de cabimento CY42403220 e declaração de compromisso com o número CY52405863.

Cláusula Sexta

(Revisão do protocolo)

1 - Qualquer alteração ou adaptação, por qualquer uma das partes outorgantes, dos termos ou dos resultados previstos neste protocolo carece de prévio acordo escrito da outra parte.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o presente protocolo pode sempre ser modificado ou revisto pela Primeira Outorgante, quando, em virtude da alteração superveniente e imprevista das circunstâncias, a sua execução se torne excessivamente onerosa para as outorgantes ou manifestamente inadequada à realização do interesse público.

Cláusula Sétima

(Vigência)

Sem prejuízo de eventual revisão, por acordo entre as partes, o presente protocolo produz efeitos desde o Visto do Tribunal de Contas e termina a 31 de dezembro de 2024.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL
SECRETARIAS REGIONAIS DAS FINANÇAS E DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Cláusula Oitava

(Resolução do protocolo)

1 - O incumprimento, por uma das partes, das obrigações assumidas no âmbito do presente protocolo, pode dar origem à resolução do mesmo por iniciativa da outra parte.

2 - A resolução efetuar-se-á através da respetiva notificação ao outro outorgante, por carta registada, com aviso de receção.

3 - Sem prejuízo do disposto no número 1 desta cláusula, em caso de incumprimento injustificado pelo segundo outorgante das obrigações assumidas no presente protocolo, fica o mesmo obrigado a devolver, proporcionalmente ao grau de incumprimento, o montante pecuniário recebido, acrescido de juros à taxa legal em vigor, contados desde a data do recebimento, ficando desde logo impedido de receber qualquer outro apoio da Administração Pública Regional enquanto esta situação não estiver regularizada.

Cláusula Nona

(Fiscalização e Controlo)

1 - A atividade do segundo outorgante está sujeita a fiscalização e controlo por parte da Região Autónoma da Madeira, a qual pode promover as auditorias que considerar necessárias, nos termos fixados no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, alterado pela Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, com as adaptações estipuladas no artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2014/M, de 20 de agosto.

2 - Sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades, a fiscalização e controlo do cumprimento do disposto no artigo 44.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2022/M, de 29 de dezembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 1/2023/M, de 12 de janeiro, que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2023, em vigor no presente ano de 2024, por força do art.º 58.º da Lei n.º



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL
SECRETARIAS REGIONAIS DAS FINANÇAS E DE AGRICULTURA E AMBIENTE

151/2015, de 11 de setembro, na sua última redação, referente à concessão da presente indemnização compensatória compete à Inspeção Regional de Finanças.

Funchal, 22 de março de 2024

Primeiro Outorgante

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
representada pelo
SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS

(Rogério de Andrade Gouveia)

e pela

SECRETÁRIA REGIONAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

(Maria Rafaela Rodrigues Fernandes)

Segundo Outorgante

CARAM – CENTRO DE ABATE DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, EPERAM
representado pelo
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Duarte Nuno Soares Araújo Sol)

e pela

VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Dércia Maria Vasconcelos Farinha)



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIAS REGIONAIS DAS FINANÇAS E DE AGRICULTURA E AMBIENTE

ANEXO

3,44368297

Preços Propostos pelo CARAM / Preço de mercado

Table with columns for species (Bovinos, Suínos, Leitões, Ovinos, Caprinos, Cuniços), unit (Kg, Cabeça), and months (jan/24 to dez/24). Includes Abate, Elim. Res., Transporte, and Desmancha- Ret. Coluna.

Preços Fixados pela Portaria n.º 113/2007, de 30 de Outubro (em aplicação) / Preço Social

Table with columns for species, unit, and months. Includes Abate, Elim. Res., Transporte, and Desmancha- Ret. Coluna. A separate box 'Preços da portaria 113/2007' is also present.

Diferencial de Preços (Proposto vs Aplicado)

Table with columns for species, unit, and months. Includes Abate, Elim. Res., Transporte, and Desmancha- Ret. Coluna.

Quantidades (Peso Enuto)

Table with columns for species, unit, and months. Includes a TOTAL column for each row.

Uma vez que por regulamento da EU estima-se que serão raros os animais a abater que necessitem que se retire a coluna, considera-se que não se abaterão animais com mais de 30 meses. As estimativas foram feitas juntando as espécies Ovinas e Caprinas.

Faturação com base na proposta do CARAM

Table with columns for species, unit, and months. Includes a TOTAL column for each row.

Faturação com base na Portaria

Table with columns for species, unit, and months. Includes a TOTAL column for each row.

Indemnização compensatória

Table with columns for species, unit, and months. Includes a TOTAL column for each row.

70,96%

IVA Pró-Rata 51 309,41 TOTAL 918 549,00